

# ARTIGO

## ISSN 2525-670X

**COLONIALISMO, GÊNERO E RESISTÊNCIA: UMA ANÁLISE DE NADA DIGO DE TI QUE EM TI NÃO VEJA DE ELIANA ALVES CRUZ**

*Colonialism, gender and resistance: an analysis of nothing i say about you that i don't see in you Eliana Alves Cruz*

*Colonialismo, género y resistencia: un análisis de nada de lo que digo de ti que no veo en ti Eliana Alves Cruz*

**Resumo**

Este estudo analisa o romance *Nada digo de ti que em ti não veja* (2020), de Eliana Alves Cruz, ambientado no Rio de Janeiro em 1732. A narrativa explora a elite colonial, com cartas anônimas que ameaçam revelar segredos ocultos das famílias Gama e Muniz. O artigo parte do pressuposto de que o catolicismo e o tribunal da inquisição exerceram um regime de controle e opressão na sociedade da época, deslocando para o centro de reflexão a análise acerca da religiosidade de fachada e o enriquecimento da aristocracia construídos sob a exploração do trabalho escravo. O objetivo é investigar como a narrativa destaca o poder da Igreja, a escravização e a resistência da personagem Vitória, uma mulher transexual que luta contra a discriminação. A análise baseia-se nos conceitos teóricos de Memmi (1957), Akotirene (2019), entre outros.

**Palavras-chave:** Eliana Alves Cruz. Cartas anônimas. Transexualidade.

**Abstract**

This study analyzes the novel "Nothing I Say About You That I Don't See in You" (2020), by Eliana Alves Cruz, set in Rio de Janeiro in 1732. The narrative explores the colonial elite, with anonymous letters that threaten to reveal hidden secrets of the Gama and Muniz families. The article assumes that Catholicism and the Inquisition exercised a regime of control and oppression in society at the time, shifting the focus of reflection to the analysis of superficial religiosity and the enrichment of the aristocracy built on the exploitation of slave labor. The objective is to investigate how the narrative highlights the power of the Church, enslavement, and the resistance of the character Vitória, a transgender woman who fights against discrimination. The analysis draws on the theoretical concepts of Memmi (1957) and Akotirene (2019), among others.

**Keywords:** Eliana Alves Cruz. Anonymous letters. Transsexuality.

**Resumen**

Este estudio analiza la novela "Nada que diga de ti que no vea en ti" (2020), de Eliana Alves Cruz, ambientada en Río de Janeiro en 1732. La narrativa explora la élite colonial, con cartas anónimas que amenazan con revelar secretos ocultos de las familias Gama y Muniz. El artículo asume que el catolicismo y la Inquisición ejercieron un régimen de control y opresión en la sociedad de la época, centrando la reflexión en el análisis de la religiosidad superficial y el enriquecimiento de la aristocracia basado en la explotación del trabajo esclavo. El objetivo es investigar cómo la narrativa resalta el poder de la Iglesia, la esclavitud y la resistencia del personaje de Vitória, una mujer transgénero que lucha contra la discriminación. El análisis se basa en los conceptos teóricos de Memmi (1957) y Akotirene (2019), entre otros.

**Palabras clave:** Eliana Alves Cruz. Cartas anónimas. Transexualidad.



## Introdução

A obra *Nada Digo de Ti que em Ti Não Veja* (2020), da escritora e jornalista carioca Eliana Alves Cruz, nos transporta para o período colonial brasileiro, marcado pela escravidão, influência religiosa e o regime opressor do Tribunal da Inquisição. Inspirada em cartas anônimas publicadas em um jornal da época, que terminavam com a intrigante frase “Nada digo de ti que em ti não veja”, Eliana cria uma narrativa que explora a ambiguidade dessa expressão, capaz de ser tanto uma declaração de amor, quanto uma ameaça velada, em uma circularidade temporal que nos leva a refletir sobre o passado e o presente.

No século XVIII, o Brasil Colônia é palco de uma história de amor, segredos e perseguição. Em 1732, as famílias Munis e Gama, judeus convertidos que ao fugirem da Inquisição portuguesa, buscam refúgio e prosperidade no Rio de Janeiro. “Tinham o respeito dos grandes da igreja, dos engenhos, das milícias e do comércio” (Cruz, 2020, p.17).

No entanto, cartas anônimas e ameaças veladas colocam em risco a liberdade e reputação, fato que os deixam receosos de que segredos escondidos no passado e no presente sejam revelados. A chegada do Frei Alexandre Saldanha Sardinha, um inquisitor português, enviado para investigar heresias, aumenta a tensão, colocando a sociedade local em alerta e questionando a fidelidade dos colonos.

[...] as famílias acreditavam que o processo do Santo Ofício não seria assim tão complicado, afinal, por mais de uma ocasião servirem de testemunha para o processo de ingresso no clero, este corpo fechado que não admitia, como diziam, sangues infectados por condutas reprováveis, práticas de luteranismo, ascendência de judeus, negros, indígenas e afins (Cruz, 2020, p.18).

A Inquisição, também conhecida como Tribunal do Santo Ofício, foi um período marcado pela repressão brutal contra qualquer desvio da fé católica. Heresia nesse contexto poderia ser sinônimo de morte, abrangendo não apenas as mulheres acusadas de bruxaria queimadas em fogueiras, mas também aqueles condenados por homossexualidade, bigamia, feitiçaria e outras práticas contrárias à doutrina católica. Os acusados enfrentavam penas severas, como prisão, degola, enforcamento, fogueira e confisco de bens. No Brasil a inquisição seguia tanto o

movimento populacional como econômico, atuando mais fortemente em locais como Pernambuco, Paraíba, Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Pará.

A descoberta de ouro em Minas Gerais no século XVIII marcou o início de uma era de exploração e cobiça. A corrida ao ouro atraiu milhares de pessoas, com promessas de riqueza rápida, mas à custa de grande exploração. Negros e crianças negras foram submetidos a condições de trabalho desumanas, sofrendo abusos e degradação. Enquanto isso, famílias influentes enriqueciam mediante contrabando, corrompendo autoridades. A coroa, ansiosa por sua parte, cobrava o quinto sobre o ouro extraído, institucionalizando a exploração. Essa dinâmica de opressão, corrupção e desigualdade marcou profundamente a história do Brasil colonial.

Nesse sentido esse artigo parte do pressuposto de que o catolicismo e o tribunal da inquisição exerceram um regime de controle e opressão na sociedade da época, deslocando para o centro de reflexão a análise acerca da religiosidade de fachada e o enriquecimento da aristocracia construídos sob a exploração do trabalho escravo e contrabando de pedras preciosas.

O objetivo desse artigo é investigar como a narrativa destaca o poder da Igreja sobre a sociedade colonial, a utilização do trabalho escravo e a resistência da personagem Vitória, uma mulher transexual que luta contra a discriminação.

A análise baseia-se nos conceitos teóricos de Memmi (1957) sobre o colonialismo, Karla Akotirene (2019) sobre a interseccionalidade, Cida Bento (2022), entre outros. O texto é um testemunho poderoso da resistência contra a opressão e luta pela liberdade, destacando os personagens Savalú, Quitéria, Tomásio, e a força de Vitória em face da intolerância.

A metodologia utilizada foi a pesquisa qualitativa e o método indutivo, fundamentado em textos selecionados a partir de abordagens temáticas para sua análise e estudos de obras literárias sobre a literatura negra.

A narrativa apresenta Felipe, nobre herdeiro de Antônio Gama, destinado a assumir os negócios familiares e de casamento marcado desde a infância com a Sianinha Muniz. No entanto, seu destino é desafiado quando se apaixona por Vitória, uma escrava liberta, uma mulher trans, que participa dos desfechos de todos, mudando o destino dos personagens. A autora Eliana aborda a

transexualidade em um contexto colonial, quebrando barreiras, para a sociedade da época tão acostumada a seguir um padrão de bons costumes.

### Reflexões da obra

A obra *Nada digo de ti que em ti não veja* é o terceiro romance escrito por Eliana Alvez Cruz, a autora é uma das vozes em ascensão na literatura contemporânea do Brasil e do empoderamento negro. Cruz contribui para publicações de novos romances que, desestabilizam perspectivas historiográficas dominantes, ao promover uma nova compreensão da história brasileira através da valorização de vozes silenciadas.

A própria autora é a narradora do livro, o que permite ao leitor adentrar a história e se envolver em cada episódio. Ela nos apresenta personagens cativantes, com uma trama envolvente e bem arquitetada, com aventuras e mistérios, que se passam entre o Rio de Janeiro e Minas Gerais. O narrador onisciente apresenta o enredo em primeira pessoa, denunciando a exploração colonial portuguesa, perseguições religiosas e crimes contra minorias, onde se define como “implacável e um tanto cruel [...]” (Cruz, 2020, p. 10). A obra caracteriza-se por uma abordagem intertemporal, fundindo elementos históricos com questões atuais, conforme sua declaração: “Escrevo romance contemporâneo com roupa de época” (Cruz, 2020).

A produção literária de Eliana Alves Cruz emerge de sua perspectiva única como mulher negra, sua escrita transcende, abordando questões coletivas da experiência negra brasileira. Assim seguindo a escrevivência relatada por Conceição Evaristo (2020, p.30),

[...] em sua concepção inicial, se realiza como um ato de escrita das mulheres negras, como uma ação que pretende borrar, desfazer uma imagem do passado, em que o corpo-voz de mulheres negras escravizadas tinha sua potência de emissão também sob o controle dos escravocratas, homens, mulheres e até crianças. E se ontem nem a voz pertencia às mulheres escravizadas, hoje a letra, a escrita, nos pertencem também. Pertencem, pois nos apropriamos desses signos gráficos, do valor da escrita, sem esquecer a pujança da oralidade de nossas e de nossos ancestrais. Potência de voz, de criação, de engenhosidade que a casa-grande soube escravizar para o deleite de seus filhos. E se a voz de nossas ancestrais tinha rumos e funções demarcadas pela casa grande, a nossa escrita não. Por isso, afirmo: “a nossa escrevivência não é para adormecer os da casa-grande, e sim acordá-los de seus sonos injustos”.

A autora desmantela o silêncio histórico, ao apresentar as violências coloniais e contemporâneas, e desafiando o discurso hegemônico da democracia racial. O processo colonial foi marcado por uma estrutura de dominação e exploração, onde os colonizadores buscavam obter controle sobre os colonizados.

[...] no qual o escravizado foi o motor da economia da metrópole e da colônia, e a partir de seu trabalho nos diferentes ciclos econômicos, do açúcar, do café e do ouro produziu riquezas e possibilitou a consolidação da classe dominante brasileira, protagonizando ainda o enriquecimento europeu (Bento, 2022, p.19).

Essa dinâmica opressora envolveu exploração econômica, violência física e psicológica, desumanização, cultura de domínio e racismo institucionalizado. As consequências foram devastadoras, incluindo trauma coletivo, desigualdade estrutural, perda cultural e resistência. Essas marcas ainda persistem, exigindo reflexão, reconhecimento e reparação.

[...] é porque o colonizado é explorável à vontade e não é protegido pelas leis da colônia; se obtém tão facilmente postos administrativos, é porque estes lhe são reservados e o colonizado é deles excluído; quando mais ele respira à vontade, mais o colonizado sufoca (Memmi, 1957, p. 41 e 42).

A obra explora a complexa relação entre o poder colonial e a influência da Igreja Católica no século XVIII, quando exercia controle sobre a sociedade, reprimindo cultos africanos, judaísmo e outras práticas consideradas heréticas, e perpetuando a opressão. “É verdade que a igreja ajudou muito o colonialista; caucionando seus empreendimentos, dando-lhe boa consciência [...]” (Memmi, 1957, p.109). Famílias abastadas, como Gama e Muniz, fugiram da corte portuguesa para escapar da Inquisição, estabelecendo-se no Rio de Janeiro, onde mantinham uma fachada de religiosidade católica.

Em suma ela se serviu dele como ele dela, mas sempre conservou uma finalidade própria. Inversamente, se o colonialista recompensou a igreja, por sua ajuda, concedendo-lhe privilégios importantes, terrenos, subvenções, um lugar inadequado para seu papel na colônia, nunca desejou que ela obtivesse êxito, isto é, a conversão de todos os colonizados (Memmi, 1957, p. 109).

Vitória, a protagonista do romance, é uma mulher inteligente e talentosa que enfrenta os desafios de ser uma mulher trans no século XVIII. A autora Eliana



apresenta de forma essencial as lutas enfrentadas por pessoas trans na época, que eram consideradas “endemoniadas”. A reflexão sobre o passado nos leva à realidade atual, onde ainda prevalecem discursos de ódio, condenação religiosa e social.

Vitória era seu quinto nome desde que viera ao mundo. Ela nascera como o menino Kiluanji Ngonga. Quando entendera sua verdadeira natureza, foi chamada de Nzinga Ngonga, depois virou sacerdotisa e era chamada de Nhangá Marinda (sacerdotisa dos mistérios ancestrais). Desembarcou na América sequestrada dos seus e a batizaram como o homem Manuel Dias. Depois de conquistar sua liberdade, escolheu ser apenas Vitória, pois era assim que se considerava: vitoriosa. (Cruz, 2020, p. 38).

A escritora ao abordar essa temática leva-nos a refletir sobre a realidade atual brasileira, que ainda possui os mesmos olhares que julgam e condenam parecidos com os da época, a discriminação contra mulheres trans e demais integrantes da comunidade LGBTQIAPN+, ainda sofrem com a intolerância e discursos de ódio.

O feminismo negro dialoga concomitantemente entre/com as encruzilhadas, digo, avenidas identitárias do racismo, cisheteropatriarcado e capitalismo. O letramento produzido neste campo discursivo precisa ser aprendido por lésbicas, gays, bissexuais e transexuais, (LGBT), pessoas deficientes, indígenas, religiosos do candomblé e trabalhadoras. Visto isto, não podemos mais ignorar o padrão global basilar e administrador de todas as opressões contra mulheres, construídas heterogeneamente nestes grupos, vítimas das colisões múltiplas do capacitismo, terrorismo religioso, cisheteropatriarcado e imperialismo (Akotirene, 2019, p.16).

A sagacidade e habilidades físicas e intelectuais de Vitória a tornam procurada pela sociedade, refletindo características do orixá Exu. [...] “Exu, divindade africana da comunicação, senhor da encruzilhada e, portanto, da interseccionalidade, que responde com a voz sabedora de quanto tempo a língua escravizada esteve amordaçada politicamente [...]” (Akotirene, 2019, p. 15).

Assim, percorrendo a narrativa com astúcia e força, ocupando espaços de poder e marginalidade. “A faca andava amarrada em sua coxa para arrancar com ela o respeito que não lhe davam por bem” (Cruz, 2020, p 40). Sua habilidade espiritual com esoterismo e práticas africanas, atraía senhores, escravizados e

todas as camadas sociais, solidificando sua posição central na narrativa e uma forma de manter sua segurança e identidade.

Através de Vitória, percebe-se que os povos africanos detinham um rico arcabouço de saberes, sua expressão cultural reflete uma profunda conexão com a ancestralidade e espiritualidade contrariando discursos dominantes da igreja católica. No entanto, conforme Martins (2021, p. 23),

[...] apesar de toda a repressão, o que a história nos ostenta é que, por mais que as práticas performáticas dos povos indígenas e dos africanos fossem proibidas, demonizadas, coagidas e excluídas, essas mesmas práticas, por vários processos de restauração e resistência, garantiram a sobrevivência de uma corpora de conhecimento que resistiu às tentativas de seu total apagamento, seja por sua camuflagem, por sua transformação, seja por inúmeros modos de recriação que matizaram todo o processo de formação das híbridas culturas americanas.

Felipe, o filho mais novo de Antônio Gama e sua esposa Manuella, era o grande amor de Vitória. Antônio Gama tinha outros dois filhos do primeiro casamento, que já estavam bem estabelecidos nos negócios da família: o primogênito Baltazar, cuidava das minas de ouro em Minas Gerais, e o do meio, Lucas gerenciava os negócios da família em Lisboa. Felipe, no entanto, tinha um destino diferente traçado: casar-se com Sianinha Muniz, selando assim um laço definitivo entre as famílias Gama e Muniz. Mas sua paixão por Vitória iria desafiar os planos das famílias e mudar o curso de suas vidas.

Certa noite, ela o atraía para trás de uma pequena capela próximo ao morro do Castelo, onde as flores de dama-da-noite exalavam seus odores doces. Tiveram um excitante e mágico encontro sob o luar e as estrelas. Depois admiraram a linda figueira majestosa que havia no lugar. Gostavam demais do corpo um do outro (Cruz, 2020, p.19 e 20).

Embora transbordasse de felicidade com esse amor, o jovem sentia-se consumido pela culpa, temendo que sua relação fosse considerada um pecado grave que envergonharia e mancharia a reputação de sua família. Sua angústia se intensificou quando recebeu uma carta anônima, a primeira de uma série de mensagens ameaçadoras, que denunciava seus encontros secretos e dava a entender que seus segredos seriam revelados, colocando em risco a honra da nobreza.





Com a chegada do Frei Alexandre Saldanha Sardinha, designado pelo Tribunal do Santo Ofício, a sociedade entrou em estado de alerta, embora o tenha recebido com pompa e circunstância. Sua missão era investigar heresias graves e verificar a pureza de sangue do padre Diogo Muniz, que desejava se juntar à Santa Inquisição. Além disso, o frei foi enviado a mando de Lisboa para obter informações atualizadas sobre a exploração de ouro em Minas Gerais e verificar se a cobrança do quinto estava sendo realizada de acordo com as demandas da riqueza, garantindo assim que a Coroa recebesse sua parte devida.

A segunda carta anônima foi destinada a Branca Muniz, que encontrou um porco na frente de sua casa, onde se lia “Marranos! Porcos... Ela sabia que era como chamavam maldosamente os judeus os que descendiam deles” (Cruz, 2020, p. 46). Assim uma mistura de horror e medo abalou a família Muniz com receio de que sua origem judia chegasse até o conhecimento de todos.

Enquanto Branca demonstrava desespero com a situação, um segundo porco é encontrado, dessa vez na residência de Antônio Gama, também escrito “Marranos” e acrescida de uma frase: “Nada digo de ti que em ti não veja. Para mim nítido que, para quem estivesse a frente das ameaças, não bastava denunciá-los. Era preciso torturá-los” (Cruz, 2020, p. 51).

As ameaças e cartas anônimas conduziram as famílias Gamas e Muniz, ao desespero, com medo de que esses relatos chegassem até o Frei Alexandre. Antônio Muniz então decidiu pedir a ajuda de Vitória que no passado com sua espiritualidade e sabedoria já o havia ajudado a resolver problemas financeiros. O pedido foi que descobrisse quem estava por traz das ameaças, em troca daria a ela lingotes de ouro e diamantes, que seriam o passaporte da liberdade para ela e Felipe fugirem. Enquanto Antônio se preocupava com os perigos eminentes, sua esposa Manuella tinha um relacionamento secreto com o frei inquisitor, entregue aos prazeres da luxúria e da avareza.

A narrativa histórica revela a crueldade da escravidão, trazendo Zé Savalú e Quitéria, sujeitos a vontade e domínio de seus senhores. Na luta pela liberdade se apaixonaram, porém o amor deles despertou a ira de Sianinha, passando a serem alvos de castigos implacáveis. A escravidão no Brasil impôs condições de desumanização à população negra, reduzindo-a a objeto de comércio e

submetendo-a a formas cruéis de controle, repressão e apagamento histórico. “Explora as inter-relações entre corpo, tempo, performance, memória e produção de saberes, principalmente os que se instituem por via das corporeidades” (Martins, 2021, p. 22).

Na esperança da liberdade Zé Savalú demonstrou interesse em ser envidado para as minas, apesar de todos os perigos que essa travessia traria, era necessário encontrar algum meio de obter a alforria para todos. “Encontrando ouro, ajudo a ter nossa irmandade, compro alforria e- pôs a mão na barriga de Quitéria - ainda ajudo a comprar a de outros”. (Cruz, 2020, p.66).

No caminho do ouro embarcaram o frei Alexandre, Felipe e Savalú para uma expedição rumo a Minas Gerais, Savalú fora destinado como presente de Branca Muniz ao frei. Antes de seguirem viagem Savalú recebeu conselhos de Vitória que foram determinantes para o seu êxito nesta jornada tão perigosa. “Ingratidão é um vício de sinhô e de sinhá” (Cruz, 2020, p. 43).

A exploração aurífera dependia fundamentalmente da mão-de-obra escrava, submetida a condições de trabalho desumanas e brutais. Crianças, devido à sua baixa estatura, eram forçadas a adentrar os espaços apertados das minas, onde carregavam pedras pesadas em condições deploráveis. Já os adultos eram vítimas de consequências trágicas, incluindo perda irreversível da visão, causada pelo pó e estilhaços de pedra, além de problemas respiratórios graves que levavam a uma morte prematura. Essa realidade cruel era resultado direto da exploração implacável e do desgaste físico extremo a que eram submetidos.

Desta forma, o ouro saído dos braços dos escravizados, que eram crianças, cegos, surdos, e sufocados nas entranhas das montanhas brasileiras, enriquecidas de verdade o rei Jorge II, seus súditos... e uma meia dúzia de outros endinheirados como a família Gama (Cruz, 2020, p.104).

O destino de Zé Savalú, estava traçado e após receber de Tonho um escravo que ficou preso em uma explosão de uma mina, um mapa que o levaria a liberdade sua e dos seus familiares. “– Nós, os negos que cavava nessa mina tirava ouro p’o Sinhô, mas também p’a nós... Esse papé diz onde nós econdia” (Cruz, 2020, p. 101). Era a rota de salvação de sua vida e dos seus companheiros.

Zé Savalú, fortalecido pelos conselhos de Vitória e pela ajuda de Felipe, consegue encontrar a chave para a liberdade que tanto sonhava, o tesouro de Tonho colocado dentro de pedras junto a imagem de santo Antônio. “O santo que achava coisas perdidas, inclusive gente escravizada” (Cruz, 2020, p. 125-126). Assim, sendo o disfarce utilizado por ele para levar o ouro. Sua trajetória ilustra a luta entre o peso do colonialismo para os negros e a resistência ancestral na luta pela sobrevivência, destacando a tensão entre o cristianismo imposto por conta da imagem de santo Antônio e as raízes religiosas africanas condenadas pelo catolicismo.

Sendo o sistema escravagista o poder organizador do espaço individual e social do negro, é possível imaginarmos a luta do homem que se torna para conservar e acreditar nas possibilidades de seu corpo furar o cerco e transpor a cerca em busca da liberdade, e também imaginarmos a luta desse homem para permitir-se no território do seu corpo, buscando retomar, reviver, construir um espaço-tempo que tinha ficado no passado” (Evaristo, 1996, p. 87).

O desenrolar da história leva todos de volta ao Rio de Janeiro, onde Savalú retorna com as pepitas de ouro que possibilitariam a liberdade dele e dos outros. Os irmãos Gama, por sua vez, são acompanhados pelo ouro contrabandeado, transportado por uma rota clandestina utilizada para evitar o pagamento do quinto à Coroa. Já o Frei Alexandre, enfurecido por ter sido enganado por Savalú e Felipe, impulsiona os eventos rumo ao desfecho final da narrativa.

Nesse momento, Vitória, a protagonista, entra em cena e selará o destino de todos ao revelar que Padre Diogo era o responsável pelas ameaças e pelas cartas enviadas. Ela confidencia a Antônio o seu romance com Felipe e o caso de sua mulher, Manuella, com o frei, do qual nasceu Felipa. Horas depois, o patriarca dos Gama decide se matar, renunciando o que estava por vir. Frei Alexandre, então, monta um julgamento em praça pública, onde traz Vitória, amarrada e vestida de homem, para revelar todos os segredos e condená-la diante de todos.

Rasparam-lhe todo o farto cabelo de “copa figueira” do qual ela tanto se orgulhava. Ele era mais que uma peruca a emoldurar-lhe a face. Ele era símbolo da mulher que sentiu ser. Este foi o momento mais dolorido, pois raspar seu cabelo foi como matar sua essência, seu espírito sua força (Cruz, 2020, p.182).

Assim, poderia ser condenada sem o direito de ser mulher com a interseccionalidade, especialmente de raça, religião, gênero e classe social, “A interseccionalidade é, antes de tudo, uma lente analítica sobre a interação estrutural em seus efeitos políticos e legais” (Akotirene, 2019, p. 63). Mesmo diante da exposição e do negacionismo do frei, ela continuou reafirmando com convicção: “Não sou negro. Sou negra! Ne-gra” (Cruz, 2020, p.184). A ênfase na pronúncia da palavra negra destaca a afirmação de sua identidade e a recusa em ser definida por parâmetros que não os seus próprios.

Uma chuva de papéis com cópias das revelações feitas por padre Diogo e os segredos ocultos das famílias voaram para que todos soubessem. “- A resposta de todas as perguntas que deseja. Aliás, creio que todos os presentes desejam a verdade, pois assim comanda vossa Bíblia: “Veritas vos liberabit”. Conhecereis a verdade e a verdade vos libertará” (Cruz, 2020, p.184).

A verdade veio à tona, o frei é desmoralizado e degradado ao descumprir as próprias leis que tanto utilizou para condenar à morte, ao revelar a hipocrisia do sistema.

O personagem Felipe representa o paradoxo entre compaixão e cumplicidade na escravidão. Seu envolvimento com uma mulher negra e compromisso com uma moça branca refletem as tensões raciais e sociais da época, culminando em um final dramático. O final do romance apresenta a felicidade de Savalú e sua família com a liberdade, a prisão de Vitória e das Famílias Gama e Muniz, que são condenadas pelo tribunal da Inquisição.

O desfecho nos leva a imaginar um final feliz entre Vitória e Felipe, já que a trajetória dela termina em mistério. “Vitória, um belo dia, não foi encontrada na cadeia” (Cruz, 2020, p. 195). A última aparição registrada foi no jardim da capela, onde ela estava abraçada a um jovem, com seu cabelo crespo ao vento e o perfume da dama-da-noite pairando no ar.

### **Considerações**

Cruz (2020) conduz a narrativa de maneira magistral, abordando temas complexos de forma potente e reflexiva. A história é dinâmica e nos permite acompanhar, de modo histórico, o trabalho escravo, a relação da Igreja com as

peessoas, a vida no Rio de Janeiro, as viagens perigosas e complicadas até as minas, o contrabando de ouro e a cobrança do quinto pela Coroa.

O Brasil que temos no presente é decorrente do que vivemos no passado, um passado que continua presente, a autora trás protagonistas contemporâneos, uma mulher transexual e personagens negros que buscam libertar-se desse processo escravizador. A obra nos leva a estar no Rio de Janeiro de 1732 mais também no Rio de Janeiro atual com contexto da transexualidade, fake News, milícias e fanatismo religioso, sendo temas que perduram até a atualidade.

Desse modo, ainda temos cidadãos enriquecendo de forma ilícita, o preconceito racial e de gênero que persiste, e a ideia de que todos temos segredos guardados, regidos pela lógica de "Nada digo de ti que em ti não veja". Essa dinâmica revela a hipocrisia e a complexidade das relações sociais.

### Referências

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

CRUZ, Eliana Alves. **Nada digo de ti, que em ti não veja**. Rio de Janeiro: Pallas, 2020.

EVARISTO, Conceição. **Escrevivência, Oralitura**: conversa com Conceição Evaristo e Leda Martins. Saberes e Práticas, São Paulo, 2020. Disponível em: Escrevivência, Oralitura: conversa com Conceição Evaristo e Leda Martins Acesso em 24/01/2025.

EVARISTO, Conceição. **Literatura negra**: uma poética de nossa afro-brasilidade. Dissertação de Mestrado. PUC: Rio de Janeiro, 1996.

MARTINS, Leda Maria. **Afrografias da Memória**: o Reinado do Rosário do Jatobá. 2. ed. rev. e atual. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2021.

MARTINS, Leda Maria. **Performances do tempo espiralar, poéticas do corpo-tela**. Editora Cobogó, 2021.

Memmi, A. **O Colonizador e o Colonizado**. Tradução de Maria José Figueiredo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.



Recebido: 22/07/2025

Aprovado: 01/10/2025

Publicado: 30/12/2025